FIOCRUZ

PROPOSTA
Jornal da Reforma Sanitária

21

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - MANGUINHOS

FEVEREIRO DE 1990

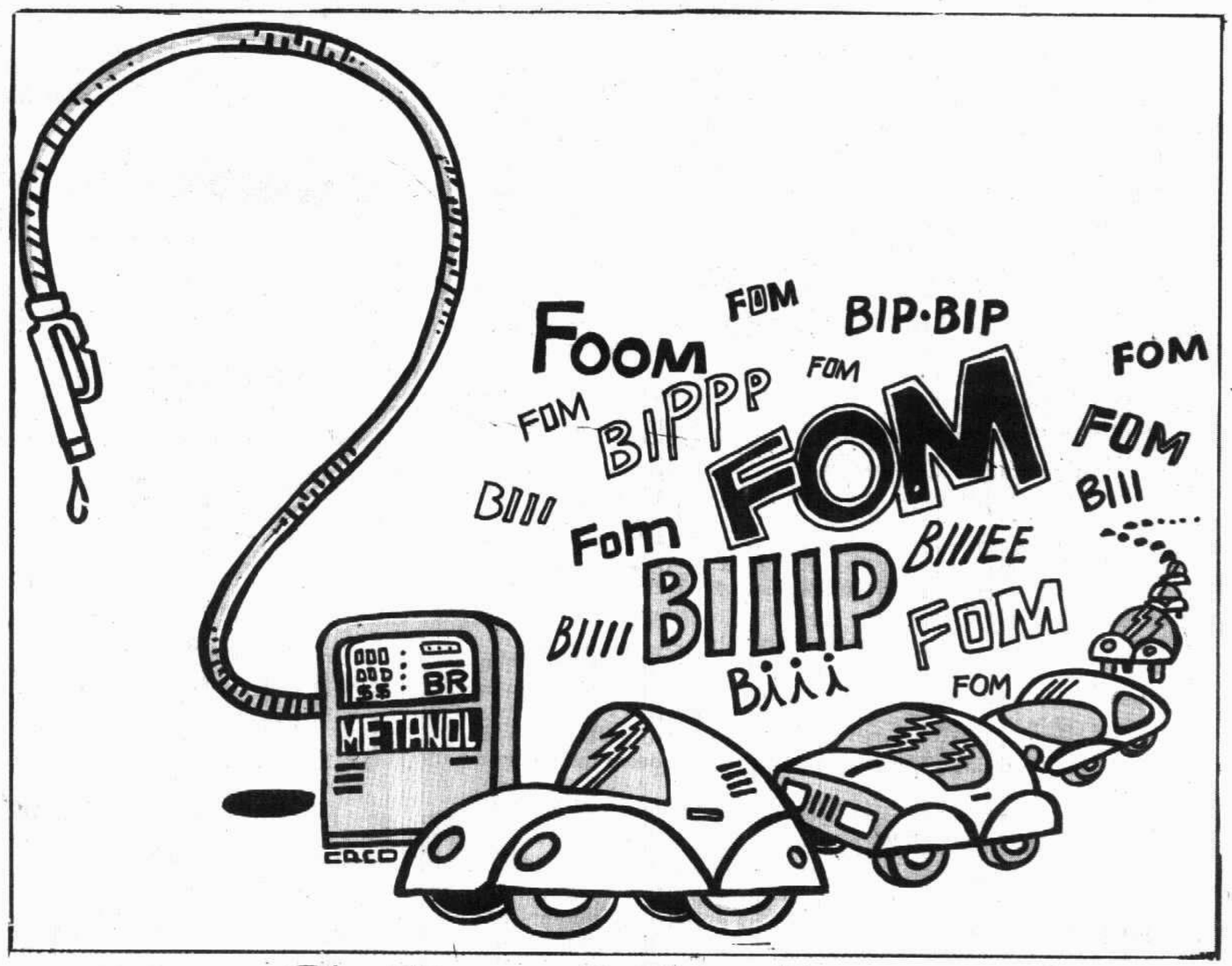
A VERDADE SOBRE O METANOL

UTILIZAÇÃO DA MISTURA É UMA INCÓGNITA CIENTÍFICA

Para que dois milhões de pessoas não reduzam o direito de usar seus veículos movidos a álcool, o Governo decidiu utilizar uma mistura combustível que inclui o metanol e que não foi testada ou utilizada em nenhum país do Mundo. Essa decisão, que põe em risco mais de 50 milhões de pessoas, corresponde a uma verdadeira incógnita científica, na medida que nenhum dos testes recomendados pela Comissão de Toxicologia da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde foram realizados.

A afirmação é do pesquisador Luiz Augusto Cassanha Galvão, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fundação Oswaldo Cruz e membro da Comissão Nacional de Toxicologia que levantou várias dúvidas sobre a mistura, solicitou esclarecimentos e recomendou uma série de testes para liberar o produto, sem que nenhuma destas exigências tenha sido cumprida para a liberação do metanol.

Além de Luiz Augusto Galvão, o RADIS ouviu o físico Luis Pinguelli Rosa, da UFRJ, e o ecologista e Deputado Carlos Minc (PT-RJ), que também criticaram a liberação da mistura. Com vistas a retirar a discussão do terreno emocional, publicamos uma série de medidas que deveriam estar sendo tomadas por parte do Governo para que os riscos da utilização do metanol fossem minimizados e ouvimos, ainda, o Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Diomedes Cesário da Silva, para quem "é preciso que se esclareça de fato à opinião pública em relação aos riscos do produto, sem que se tente convencê-la do acerto de uma medida sobre a qual não se tem nenhuma certeza". **(Páginas 3, 4 e 5).**



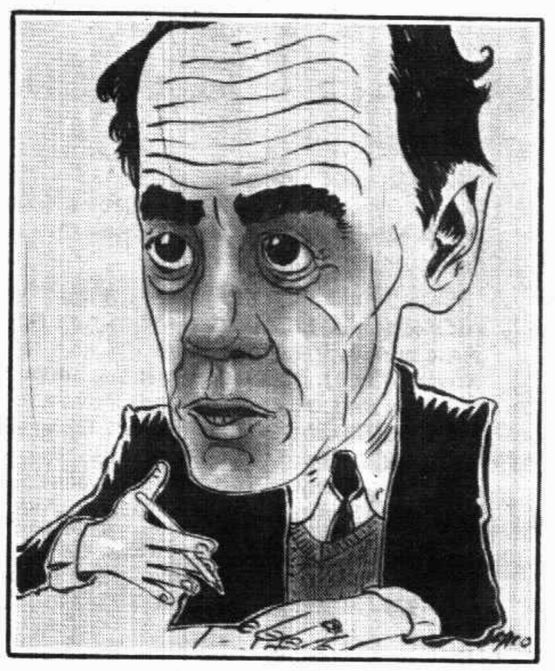
EXCLUSIVO

Governo Collor fala de seus planos para a área de saúde

Em nome da equipe de transição responsável pela política para o setor saúde do novo governo, o economista Reynhold Stephanes, ex-Presidente do INPS, Iapas e do Inamps entre 1974 e 1978, aceitou dar uma entrevista exclusiva ao RADIS onde delineou como o Governo Collor pretende enfrentar a crise na saúde.

Reynhold Stephanes falou do papel a ser cumprido pelo Estado e pela iniciativa privada na área da saúde, como o novo governo pretende melhorar a eficiência do setor público — incluindo a questão da isonomia salarial e da dedicação integral —, sobre um projeto de distribuição e controle do sangue e seus derivados, descentralização do sistema, criação do Sistema Único de Saúde, experiência acumulada com o Suds, financiamento para o setor, incorporação do Inamps ao Ministério da Saúde e a extinção de seus escritórios regionais, a política de ciência e tecnologia no que virá a ser o novo Ministério da Saúde, enxugamento da máquina administrativa, política de medicamentos e o papel a ser cumprido por órgãos como a Fundação Oswaldo Cruz no novo governo.

Ele fez questão de frisar que o Governo Collor "cumprirá rigorosamente o que determina a Constituição e o que irá determinar a Lei Orgânica" para o setor saúde. **(Páginas 6, 7 e 8)**



Reynhold Stephanes

CARTAS

RADIS chega ao México

Por este meio, expresso a vocês meus agradecimentos pelo material bibliográfico que, como donativo, remeteram à biblioteca desta escola e que consiste em SUMULA (números 27, 28 e 29), TEMA (11) e PROPOSTA — Jornal de Reforma Sanitária (números 14, 15, 16 e 17/1988). Me sinto gratificado em manifestar-lhes que as referidas publicações têm sido um valioso apoio como material de consulta para os alunos do curso de pós-graduação em Saúde Pública que se realiza nesta instituição, pelo que agradecemos o envio das publicações futuras, seguros da utilidade que representa, tanto para o desenvolvimento do curso como para as investigações.

Ratifico a vocês meus agradecimentos e lhes reitero minha mais distinta consideração.

Atenciosamente,

Dr. Enrique A. Colar Gomez — Chefe do Departamento de Saúde Pública da Universidade Veracruzana — Xalapa/México.

Odontologia é Saúde

Gostaria, através desta, de comunicar que me sinto muito gratificada por receber "SÚMULA" e "PROPOSTA" e queria muito receber também "TEMA" e "DADOS".

Aqui no interior do Amazonas, se não fossem os jornais do Radis para um reduzido número de assinantes, as notícias sobre Saúde (e mais propriamente saúde pública), quando chegam estão deturpadas, provavelmente por quem não está preocupado em crescer profissionalmente (só em ganhar dinheiro, que nem é muito) e prejudica quem se interessa.

Por ser eu cirurgião-dentista, gostaria de sugerir que nesses jornais fossem mais enfocados os acontecimentos da odontologia. Afinal, odontologia também é saúde pública! E como!

Sem mais, grata pela atenção e compreensão.

Dra. Annita Isabel de Oliveira — Manacapuru (AM)

Bibliotecas especializadas

Vimos confirmar nosso interesse em receber as publicações deste Projeto em nossas 23 Bibliotecas Regionais.

Estas bibliotecas são especializadas em Saúde Pública, fazendo parte das Diretorias Regionais de Saúde, localizadas nas principais cidades do Estado.

Tratando-se de bibliotecas abertas ao público, atendem, além dos funcionários da Instituição, as comunidades locais, escolas e pesquisadores.

Apresentamos nossos melhores agradecimentos pela grande contribuição e subscrevemo-nos. Atenciosamente.

Neide Alves de Souza — Bibliotecária da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais

Valioso trabalho

Devido à grande procura dos periódicos abaixo relacionados, vimos solicitar a doação dos mesmos e aproveitamos para parabenizá-los pelo valioso trabalho dos profissionais do Projeto RADIS.

As publicações são: DADOS, PROPOSTA, SÚMULA e TEMA. Esperamos ansiosos a remessa dos mesmos e agradecemos antecipadamente. Grata.

Márcia Caselli Silva — Chefe da Divisão de Biblioteca, Documentação e Publicação — Suds/Goiás.

Secretário parabeniza equipe

A Secretaria Municipal de Saúde de Floriano (PI) vem, através desta, parabenizar a equipe de "Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde" pela seriedade e alto nível das publicações, bem como solicitar sua inclusão na lista dos privilegiados assinantes.

Antecipadamente gratos.

Dr. Milton Fainzilber — Secretário

PROPOSTA
Jornal da Reforma Sanitária

Este jornal é editado pelo RADIS — Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde —, programa desenvolvido pela **Escola Nacional de Saúde Pública** da **Fundação Oswaldo Cruz**, com a colaboração do **Inamps**.

Coordenador do Programa RADIS: Ary Carvalho de Miranda; **Editor Responsável**: Álvaro Nascimento; **Reportagem e Redação**: Álvaro Nascimento, Rogério Lannes Rocha e Jane Paiva; **Ilustrações**: Carlos Xavier (Caco); **Banco de Notícias**: Sinval Brandão; **Secretária**: Jandira Vilhena; **Banco de Dados**: Luiz Fernando Oliveira; **Aux. Adm.**: Marisa Aguiar e Marco Antônio Aguiar; **Diagramação**: Janio Costa.

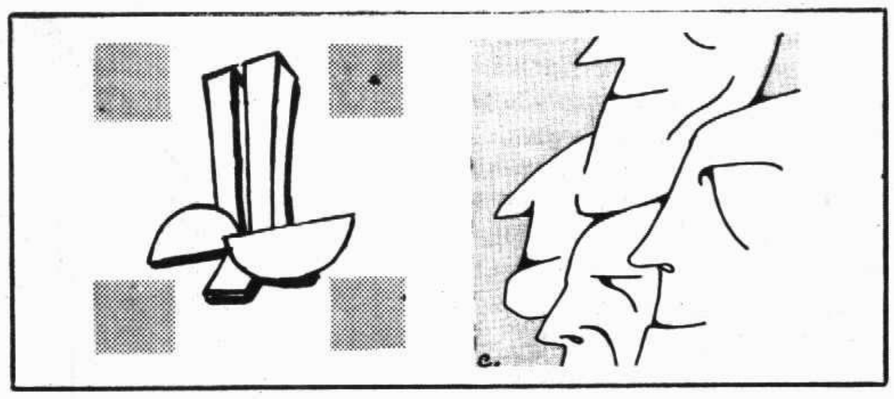
Tiragem: 42 mil exemplares; Distribuição: Direta, via Correio; Composição e fotolito: W.J. Fotocomposição, tel.: 273-5115; Impressão: Jornal dos Sports S.A. (Rua Tenente Possolo, 15/25 — Rio de Janeiro).

Programa RADIS: Av. Brasil, 4036 — salas 509/510/511/513/515 — CEP.: 21.040 — Manguinhos — Rio de Janeiro — Brasil — Tel.: (021) 260-7979 — Telex: FUOC 021-23239.

CACO

DOSE DUPLA

Lei Orgânica volta a ser apreciada este mês



Devido ao recesso parlamentar, iniciado em 15 de dezembro, o projeto de Lei Orgânica da Saúde, aprovado pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados desde o dia 6 daquele mês, está parado na Comissão de Finanças da Câmara e somente voltará a ser examinado após 15 de fevereiro, quando termina o recesso. Após o exame e a esperada aprovação por parte desta comissão, o projeto elaborado pelo Deputado Geraldo Alckmin Filho (PSDB/SP), como substitutivo aos diversos anteprojetos recebidos pelo Congresso, será então enviado ao Senado Federal e, em seguida, remetido para a sanção do Presidente da República.

Considerando que o recesso parlamentar termina poucos dias antes do Carnaval (que começa em 24/02) é provável que a nova Lei Orgânica da Saúde acabe sendo sancionada pelo novo Governo, ao qual também deverá ficar a responsabilidade de apresentar ao Congresso, 90 dias após a publicação da Lei, outro projeto de lei reestruturando o Ministério da Saúde, quando os escritórios regionais do Inamps serão extintos, medida essencial para efetivar a descentralização e viabilizar o Sistema Único de Saúde.

O projeto de Lei Orgânica da Saúde foi publicado de forma reduzida e analisado na edição do PROPOSTA de janeiro último.

Secretários municipais preparam 7º Encontro

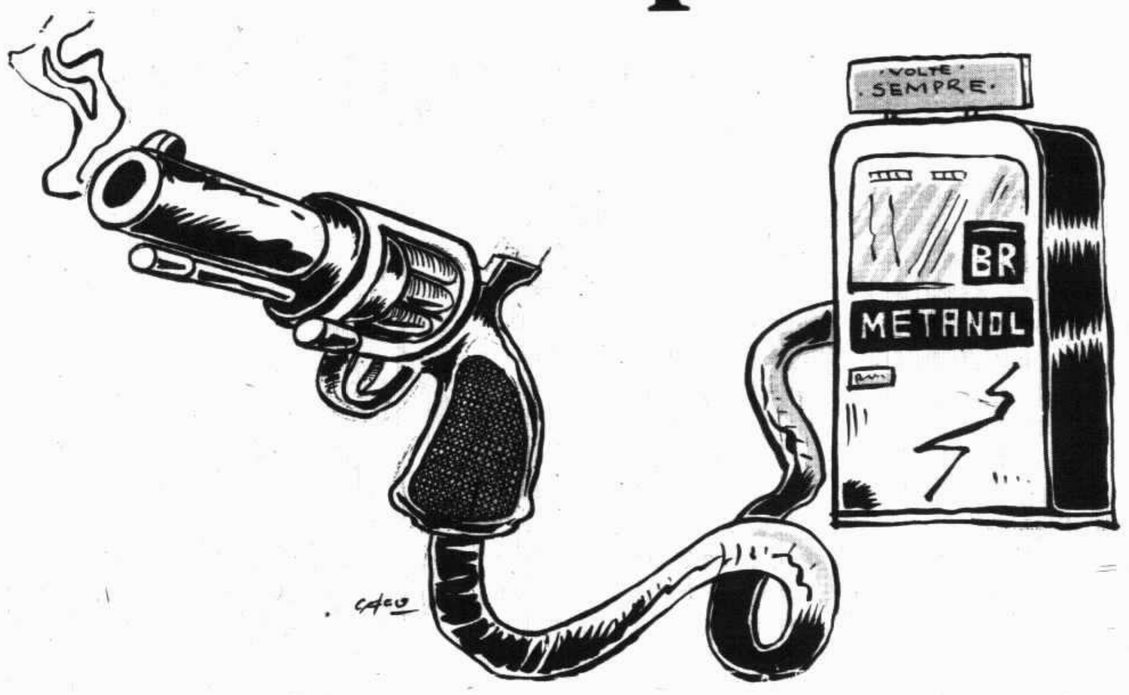
O Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems) já prepara o seu sétimo encontro nacional, que será realizado no Centro de Convenções de Brasília de 6 a 10 de junho. Os secretários municipais de saúde de todo País discutirão a política de saúde à luz das conquistas asseguradas tanto no texto constitucional como na nova Lei Orgânica da Saúde, já que até lá seu texto deverá estar definitivamente aprovado, após sanção presidencial.

Tanto os secretários municipais de saúde como diretores de departamentos ligados ao setor (há prefeituras que ainda não possuem uma secretaria própria para gerir a área) interessados em participar do sétimo encontro podem solicitar maiores informações diretamente ao Presidente do Conasems, José Eri Medeiros, em Venâncio Aires (RS), à Rua Oswaldo Aranha, 694 — CEP 95.800 — Tel.: (051) 741-2100.

Interrogações sobre o uso do metanol continuam sem resposta

A liberação do metanol para utilização em mistura combustível, após o uso experimental em áreas restritas e controladas, por uns 15 dias, conforme ficou estabelecido no acordo entre ecologistas e o Ministério das Minas e Energia, longe está de encerrar a discussão do problema, que não se limita apenas a definir quem é contra ou a favor do produto em si ou da mistura metanol, etanol e gasolina. A grande interrogação levantada por sindicalistas, ambientalistas e pesquisadores, especialmente de órgãos que cuidam da saúde do trabalhador, como o Cesteh (Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz e o Diesat (Departamento Intersindical de Estudos da Saúde do Trabalhador) sobre os riscos toxicológicos da mistura continuam sem respostas. No Brasil, como em lugar nenhum do mundo, nenhuma pesquisa conseguiu definir os efeitos — sobre o homem e o meio ambiente — que poderão resultar de uma mistura formada por três substâncias que, isoladas, são comprovadamente tóxicas.

Prevaleceu na posição governamental a fórmula indicada por estudos da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo), que considera aceitável a mistura de 33% de metanol no combustível (composto, ainda, por 60% de etanol e 7% de gasolina) "para uso absolutamente temporário e emergencial, por prazo não superior a seis meses". A tentativa dos sindicalistas, ambientalistas e outros representantes das Assembléias Permanentes de Defesa do Meio Ambiente do Rio e de São Paulo, da Feema (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente/ RJ), da Câmara dos Vereadores do Rio, do Instituto de Geociências e da Coordenação de Cursos de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em reduzir o percentual de metanol da mistura não surtiu efeito durante audiência pública realizada no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos



Naturais Renováveis (Ibama). No acordo resultante do encontro, prevaleceu a proposta da Cetesb, que corresponde, na verdade, à proposta defendida desde o início pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), garantindo assim que não será necessário alterar os motores dos veículos.

Outro aspecto que pode ser levantado no bojo da chamada crise do álcool — que abre um leque diversificado de questões — é o fato de o déficit da oferta do combustível — em torno de 1,4 milhões — corresponder a pouco mais de 10% da atual produção (em torno de 12 bilhões de litros), significando, portanto, que 90% da demanda está sendo atendida, apesar da opção dos usineiros de exportar açúcar ao invés de produzir o combustível necessário ao Proálcool.

No fechamento desta edição, o Procurador da República, Oswaldo Barbosa Silva, ainda tentava, junto ao Tribunal Regional Federal do Distrito Federal, a revogação da última liminar que liberou o uso do metanol no Brasil.

"Segurança deve ser monitorada pela sociedade"

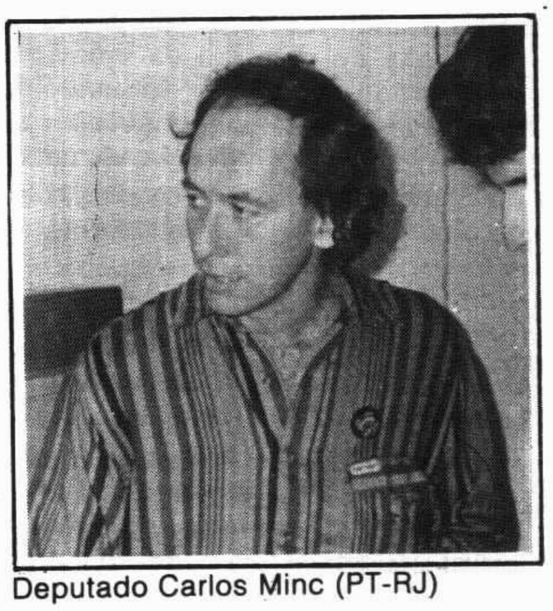
Para o físico Luís Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o acordo que estabeleceu normas para utilização experimental do metanol, com a conseqüente retirada das liminares que proibiam o produto cumpriu o papel fundamental de impedir a liberação total da mistura combustível, sem qualquer exigência. Segundo ele, os entendimentos que fizeram a suspensão da exportação do açúcar enquanto perdurar a crise do álcool e garantiram a realização de campanha de diminuição do uso do produto, autorizando o uso da mistura apenas em áreas restritas e controladas, por uns 15 dias, só terá chance de surtir efeito se houver efetivo acompanhamento da sociedade.

— É de fundamental importância a mobilização dos trabalhadores, ecologistas e das entidades que assumiram uma posição mais conseqüente em defesa da saúde e do meio ambiente, para que se faça um efetivo monitoramento nas áreas onde a mistura será usada (inicialmente em São Paulo). Pelo acordo, esta tarefa também está a cargo dos ministérios de Saúde e do Trabalho. Já que não foi possível impedir a utilização do metanol, até a realização de pesquisas mais confiáveis, este foi o acordo possível. Agora temos que tomar conta, para ver se o Governo vai mesmo cumprir as condições mínimas de segurança e impedir a exportação do açúcar em detrimento da produção do álcool — frisou Pinguelli.

Minc critica falta de iniciativa do Governo

O Deputado Estadual Carlos Minc (PT-RJ) que também participou da audiência pública do Ibama, ressaltou as distorções do Proálcool desde o seu lançamento "baseado na monocultura latifundiária e concentrando a produção em megausinas", criticou que as propostas dos ecologistas (produção do álcool a partir da mandioca e outros produtos) não tenham sido levadas a sério; e lembrou que há três anos todo o País sabia que iria faltar álcool.

— O Governo, entretanto, nada fez para impedir o anunciado desabastecimento, permitindo que os usineiros — que receberam incentivos e tiveram suas dívidas perdoadas exatamente para viabilizar o Proálcool — continuassem exportando açúcar em detrimento da produção do álcool — acentuou o parlamentar. Minc defende, entre outras medidas, a utilização de gás natural nos ônibus e táxis, a construção de ciclovias e o efetivo controle das emissões dos veículos automotores desde a saída da fábrica, com catalizadores, já obrigatórios nos países de origem das montadoras que se instalaram no Brasil.


Deputado Carlos Minc (PT-RJ)

A VERDADE SOBRE O METANOL

Mistura não foi testada em nenhum País do Mundo

— A utilização do metanol em uma mistura combustível que contém também gasolina e etanol, trouxe à tona não apenas um simples problema técnico. Ela colocou a nú a precária situação cultural brasileira e o desprestígio da ciência e tecnologia, principalmente na área de saúde neste País. Para que dois milhões de pessoas não vejam reduzido o seu direito de usar os seus veículos, querem a todo custo utilizar uma mistura combustível que não foi testada ou utilizada em nenhum outro país e que corresponde a uma verdadeira incógnita científica. Mesmo que para isso se exponha a riscos mais de 50 milhões de outros brasileiros, inclusive crianças em fase de crescimento e com defesas orgânicas já abaladas pelas condições de vida a que estão submetidas.

A declaração é de Luiz Augusto Cassanha Galvão, pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), da Escola Nacional da Saúde Pública (Ensp), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O pesquisador — que é inteiramente contrário à utilização da mistura metanol, etanol e gasolina antes que se tenha informações científicas confiáveis sobre seus efeitos na saúde de população — é membro da Comissão Nacional de Toxicologia da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, órgão que, desde outubro do ano passado, levantou dúvidas sobre a mistura em si, solicitou vários esclarecimentos, que não obteve, e recomendou uma série de estudos, que não foram feitos.

— Não temos conhecimento de que tenham sido realizados no Brasil ou no exterior os testes toxicológicos mais simples da mistura em questão, como irritação ocular em coelhos, dose letal em camundongos e testes de Aimes, para mutagenicidade em micro-organismos — acentuou.

O pesquisador lamentou que o Governo esteja gastando recursos para desencadear uma campanha de reversão da opinião pública a respeito do metanol, "tornando claro que nesse País é mais fácil convencer a todos de uma inverdade científica ou de uma oportunidade arriscada, do que investir em pesquisas e esclarecer o problema cientificamente"

— Isso tudo representa mais que um fato técnico importante e o desprestígio da técnica e da ciência no país, revela uma má utilização dos recursos públicos, pois se apenas de 20% a 40% dos recursos gastos nesta campanha publicitária tivessem sido investidos em pesquisas simples, de duração de uma semana a três meses, teríamos respostas objetivas e claras que embasariam uma decisão a respeito da mistura etanol, metanol e gasolina como combustível — acentuou o pesquisador.

Baseado no suposto processo de produção da mistura e sua utilização, bem como na suposta exposição da população em geral, o pesquisador de Cesteh/Ensp atendeu à solicitação que lhe foi recentemente feita pelo Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, João Baptista Risi, fornecendo algumas informações no sentido de "mitigar os possíveis efeitos adversos da mistura à saúde", não sem antes reafirmar sua discordância sobre a utilização da mesma.

O documento caracteriza, entre outros aspectos, as populações sob risco direto e mais intenso às substâncias da mistura combustível que inclui, entre outros, os trabalhadores nos transportes das substâncias químicas básicas da mistura (marítimos, estivadores, motoristas de caminhão, etc.), os operadores da mistura (químicos e técnicos das refinarias e distribuidoras); transportadores da mistura (motoristas e auxiliares), e pessoal dos postos de gasolina (frentistas e outros); populações vizinhas aos postos de abastecimento (particularmente crianças e adultos debilitados nutricialmente e portadores de tumores); trabalhadores de oficinas mecânicas, garagens e estacionamentos (mecânicos, auxiliares, manobristas e pessoal de segurança).

Também aponta as populações sob risco direto e mais intenso às substâncias originadas da combustão da mistura, entre estas, os trabalhadores em vias públicas de alto volume de tráfego (guardas de trânsito, motoristas profissionais, vendedores ambulantes, jornaleiros, contínuos e outros; populações residentes ou trabalhadores em regiões vizinhas às vias de tráfego intenso; trabalhadores e usuários de garagens e estacionamentos fechados e aqueles que utilizam vias de acesso encerrados ou de ventilação reduzida, como túneis, viadutos, etc.

O documento apresentado pelo pesquisador do Cesteh também recomenda algumas medidas de segurança, observando, entretanto, que as mesmas são baseadas em dados obtidos na literatura e se referem às substâncias separadamente e não à sua mistura.

— A mistura em si é uma incognita. Apesar de nossos esforços em obter maiores informações toxicológicas, junto à base de dados nacionais e internacionais, bem como em contatos diretos com renomados cientistas da Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Japão e Suécia, não nos foi possível encontrar informações mais precisas em relação ao efeito da mistura sobre a saúde humana. Outra interrogação científica é a mistura que será jogada no ar, com a combustão destas substâncias juntas, que será lançada pela descarga dos veículos. Sabemos que, isoladamente, a combustão do etanol produz o **formaldeído**; o metanol produz o **acetaldeído**, enquanto a gasolina resulta em **benzo-a-pireno**. Temos conhecimento, também, que, separadamente, o **formaldeído** e o **benzo-a-pireno** são cancerígenos, e que o **acetaldeído** potencializa os efeitos cancerígenos do primeiro. Não se sabe, entretanto, os efeitos toxicológicos desta mistura no ar — frisou Luiz Augusto Cassanha Galvão, para concluir:

— Por isso, somos contrários à utilização da mistura até que se tenham maiores informações científicas confiáveis sobre seus efeitos na saúde da população e acreditamos que a precipitação de seu uso pode vir a representar danos irreparáveis à saúde do povo brasileiro.

Produto isolado é altamente tóxico

Líquido inflamável e explosivo em altas concentrações, o metanol tem toxidade à exposição aguda e crônica, podendo causar intoxicação pela via oral, respiratória ou dérmica.

A intoxicação aguda grave normalmente se dá pela ingestão e se caracteriza por cegueira, que pode evoluir para o coma e a morte. A exposição a vapores se caracteriza por irritações de mucosas e membranas, dor de cabeça, sons no ouvido, vertigem, insônia, dilatação de pupilas, visão turva, náuseas, vômitos, cólicas e constipação intestinal. A exposição dérmica continuada em altas concentrações pode dar origem a processos de irritação crônica. A exposição combinada de metanol com monóxido de carbono tem sido considerada como fator de risco e causa de arterosclerose cerebral. A oxidação metabólica do metanol em ácidos fórmico ou formaldeído pode originar danos ao sistema nervoso central e acidose severa.

Tais informações sobre o metanol constam de ofício enviado pelo Cesteh (Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana) à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, datada de 10 de novembro de 1989 e assinado pelo pesquisador Luiz Augusto Cassanha Galvão.

As medidas que deveriam estar sendo tomadas pelo Governo

Redução da jornada de trabalho de 40 para 20 horas semanais, sem exceder uma hora de trabalho contínuo para cada 30 minutos de descanso em área não contaminada. Esta é uma das principais propostas do pesquisador do Cesteh em relação aos trabalhadores de postos e distribuidoras de combustíveis, caso a mistura etanol, metanol e gasolina venha a ser adotada como combustível. No documento que enviou à Divisão Nacional de Vigilância Sanitária, por solicitação do próprio órgão, Luiz Augusto Cassanha Galvão também defende que os empregadores assegurem aos empregados roupas especiais e equipamentos de proteção individual (óculos, máscaras, gorros e botas), para evitar o contato direto com o produto.

Reafirmando ser contrário à utilização da mistura sem aprovação científica, Luiz Augusto listou algumas medidas de segurança imprescindíveis no suposto processo de produção e utilização da mistura, no sentido de abrandar os possíveis efeitos adversos à saúde. Porém, ressalta que as recomendações são baseadas em dados obtidos na literatura referente às substâncias básicas e não às suas misturas ou aquelas oriundas da combustão e observa que as mesmas não garantem absoluta segurança de não haver nenhum tipo de efeito adverso.

Entre as recomendações feitas às empresas distribuidoras e postos de abastecimento destacam-se as seguintes: reforçar a segurança dos veículos que transportam a mistura, principalmente no que diz respeito às condições mecânicas (pneus, tração, freios), bem como equipamentos de combate a incêndio e explosão e cuidados especiais contra roubo do veículo; instalar equipamento especial de abastecimento dos veículos para evitar a evaporação da mistura (protetores dos bicos de injeção do combustível); e reformular a posição das bombas de abastecimento, bem como dos tanques de armazenamento, visando garantir o mínimo de evaporação e perigo de explosão.

Aos usuários, as principais recomendações são: instalação de catalizadoras nos automóveis para reduzir a eliminação de produtos de combustão da mistura e de resíduos não queimados e instalação de mecanismo telado para evitar a retirada por sucção da mistura do tanque.

Medidas a serem adotadas pelos órgãos públicos: efetuar estudos toxicológicos específicos sobre a mistura, bem como estudos epidemiológicos prospectivos sobre os efeitos de sua utilização na população em geral; manter rígido controle sobre os níveis ocupacionais e ambientais das substâncias envolvidas, desenvolvendo metodologias específicas e instalando estações de monitoramento contínuo e específico para tanto e fiscalizar os postos de abastecimento e os veículos automotores a álcool, para inspeção e aprovação de todas as modificações necessárias à utilização da mistura.

Engenheiro da Petrobrás alerta para uso da "duvidosa mistura"

— A campanha deveria deixar claro, entre outros aspectos, que o metanol é venenoso; que todo cuidado, principalmente com crianças, é pouco na hora de abastecer; e que o usuário corre risco de vida na hipótese de sugar a mistura. Esperamos que, de fato, os postos de abastecimento tenham lava-olhos e forneçam roupas e equipamentos de proteção (máscaras e outros) a seus empregados. Que os mesmos sejam esclarecidos sobre os riscos que correm na manipulação do produto, o mesmo ocorrendo em relação aos taxistas, pessoal das oficinas mecânicas e outros trabalhadores que estarão expostos mais diretamente à duvidosa mistura. É preciso que se esclareça de fato à opinião pública, sem que se tente convencê-la do acerto à uma medida sobre a qual não se tem nenhuma certeza.

A declaração é de Diomedes Cesário da Silva, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, em relação à campanha governamental sobre o uso do metanol. Para ele, o acordo que resultou na liberação do produto, no início de janeiro, embora tenha sido o entendimento possível, longe está de ser a solução. Diomedes defende, entre outras medidas, o desestímulo temporário ao uso dos veículos a álcool, principalmente nos finais de semana, com o fechamento dos postos aos domingos.

— Não temos dúvidas de que seria melhor racionar combustível que colocar em risco a saúde da população e o meio ambiente. O racionamento acompanhado de outras medidas que busquem a solução efetiva do problema, seria melhor que o uso da duvidosa mistura etanol, metanol e gasolina como combustível, sem aprovação científica. Não somos, como nunca fomos, contrários à mistura em si. Temos, isto sim, uma preocupação técnica quanto a utilização de um combustível em relação ao qual não existe experiência em parte alguma do mundo. E não vai aqui nenhuma concepção corporativista, pois se o problema fosse este, a Petrobrás teria condições de produzir metanol por um terço do custo de mercado. Defendemos, isto sim, que o assunto seja tratado com a responsabilidade que exige e que a mistura combustível seja efetivamente pesquisada antes de seu precipitado uso. Nos Estados Unidos, pesquisas com metanol estão sendo feitas com o máximo cuidado, há três anos, e ainda não se tomou qualquer decisão. Em várias partes da Europa, seja para racionar combustível ou reduzir a emissão de poluentes na atmosfera, os postos estão fechando aos domingos. Porque, no Brasil, querem reduzir a discussão a quem é contra ou a favor do metanol ou da mistura? — acentuou o Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás.

Diomedes também observou que nossos veículos "sequer estão preparados para o uso da mistura. Sem catalizadores — obrigatórios nos EUA e outros países — permitem grandes escapamentos de gases pelos canos de descarga, além do perigo de respingo do produto, devido à desregulagem constante dos carros, provocada pela própria alteração da fórmula do combustível".

PROPOSTA
Jornal da Reforma Sanitária

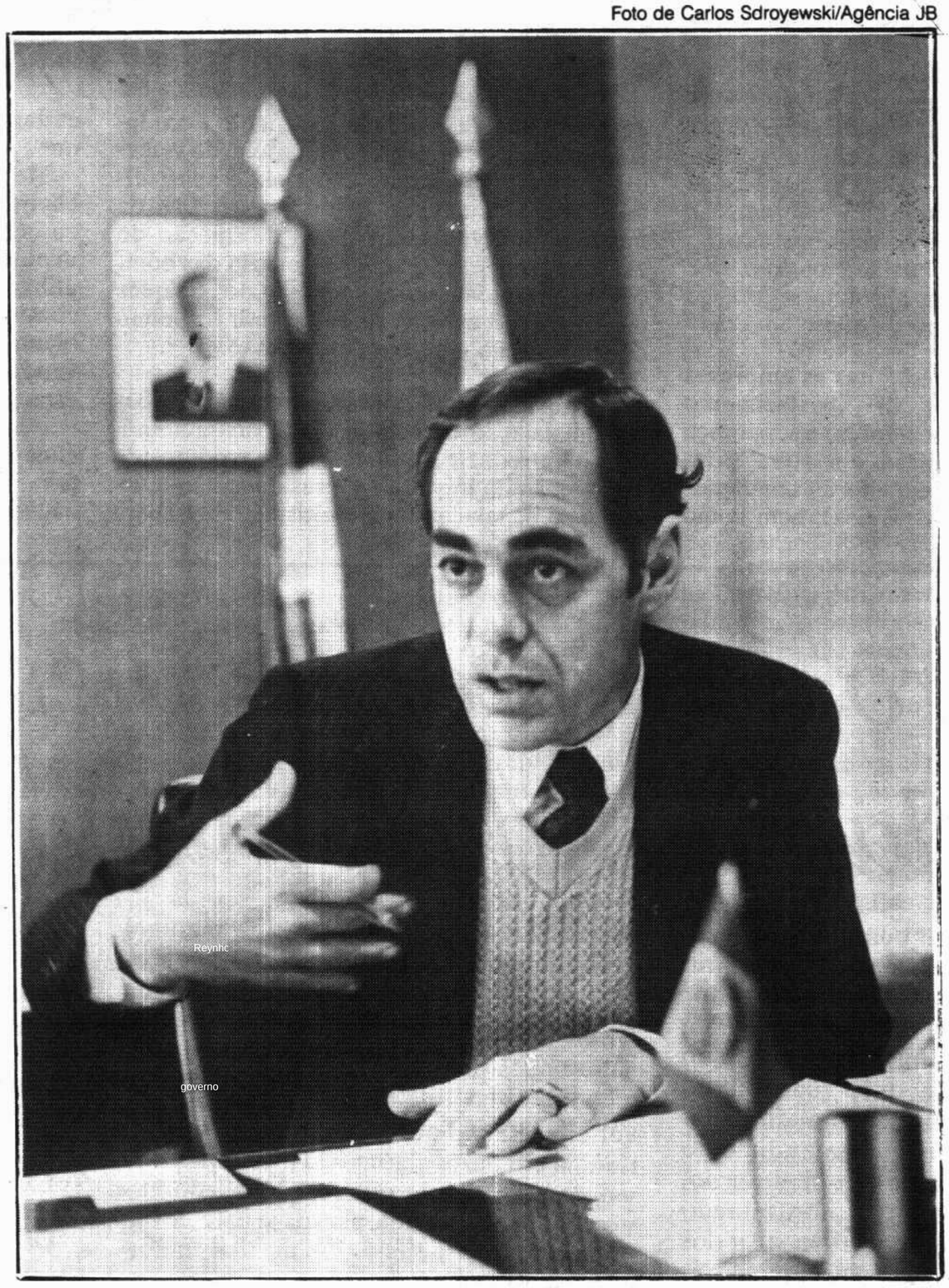
ENTREVISTA / Reynhold Stephanes

"Novo governo cumprirá rigorosamente o que determina a Constituição"

Fazer do Estado um instrumento que, prioritariamente, regulamente, fiscalize e controle as ações e serviços de saúde, executando as ações básicas e garantindo o atendimento nas áreas desprotegidas; considerar a questão estatização **versus** privatização uma falsa polêmica, tratando a saúde acima de questões político-ideológicas, e também estimular o setor privado em sua integração ao sistema de saúde são as principais diretrizes traçadas pela equipe de transição do Governo Collor de Mello que está responsável pelo setor saúde.

Na opinião do economista Reynhold Stephanes, que compõe a equipe e aceitou falar sobre o assunto com exclusividade para o RADIS, "os princípios e diretrizes básicas do que virá a ser o futuro sistema de saúde estão claramente estabelecidos na Constituição e no projeto de Lei Orgânica da Saúde que tramita no Legislativo". Segundo ele, "o novo governo cumprirá rigorosamente o que ali está estabelecido", seja em relação à definição de responsabilidades do Estado e do setor privado na execução das ações e serviços de saúde, seja em relação à implantação do sistema único de saúde, que terá como características mais importantes a unificação e a descentralização do setor, com a criação de um comando único em cada nível de governo e a participação da comunidade em sua gestão.

Foto de Carlos Sdroyewski/Agência JB



RADIS — Como a equipe de transição do novo governo está dimensionando o papel a ser exercido pelo Estado no setor saúde?

REINHOLD STEPHANES — Já foi compromisso do programa eleitoral do Presidente eleito, como é o compromisso atual, cumprir rigorosamente a Constituição e a Lei Orgânica quanto às funções e responsabilidades que cabem ao Estado e quanto às funções e responsabilidades que cabem à livre iniciativa. Evidentemente, há uma área a ser melhor definida que é como se fazer o relacionamento entre o setor público e privado, cujo relacionamento, pela nova Lei Orgânica, deverá ser definido pelo Conselho Nacional de Saúde. Mas de qualquer forma temos que tornar o Estado capaz de desenvolver as suas funções responsabilidades com eficiência e estabelecer um relacionamento claro e objetivo com a livre iniciativa. Mas em síntese, cumpriremos rigorosamente o que está estabelecido na Constituição e o que será aprovado na Lei Orgânica da Saúde.

RADIS — Neste aspecto do relacionamento com a iniciativa privada, é patente, hoje, a falência do sistema público de saúde, após viver uma crise durante um longo tempo. Que mecanismos o novo governo irá implementar para enfrentar esta crise?

REINHOLD STEPHANES — Já temos vários mecanismos para isso. É uma grande preocupação e talvez seja a maior preocupação tornar o Estado eficiente para que ele possa vir a assumir as funções de coordenar, supervisionar e fiscalizar, como também de executar aquilo que cabe a ele executar. Evidentemente que todas as unidades do Estado, os hospitais e ambulatórios, por exemplo, terão que se tornar eficientes pois não podem mais continuar como estão, nem sob o ponto de vista estrutural, de investimento ou sob o ponto de vista de trabalho propriamente dito. Já se pensa em alguns mecanismos, embora ainda não devam ser divulgados, para tornar estas instituições públicas mais eficientes. No programa de governo e nas diretrizes estabelecidas ainda no período de campanha, um dos ítens define que o Estado deve criar critérios para aferir o custo, a qualidade e a eficiência do atendimento de sua rede ambulatorial e hospitalar própria, que participará dos recursos públicos de acordo com aqueles critérios e não como simples transferências orçamentárias. Assim, a diretriz está dada e precisamos encontrar como chegar a isso. Vários modelos existem. No Brasil já existe alguma coisa dentro desta linha em algumas poucas instituições públicas, como também no exterior, inclusive em alguns países socialistas. Nós ainda não optamos por nenhum critério e não decidimos exatamente quais serão, mas a diretriz já está estabelecida. Uma das primeiras prioridades é tornar o Estado eficiente.

"O Estado vai criar critérios para aferir custo, qualidade e eficiência de sua rede, que participará dos recursos públicos de acordo com aqueles critérios e não como simples transferências orçamentárias."

RADIS — Na busca da eficiência no setor público, duas questões são consideradas muito importantes; principalmente no momento de implantação do Sistema Único de Saúde: a isonomia salarial e a dedicação integral do profissional de saúde ao setor público. Como o novo governo pensa em tratar estas duas questões?

REINHOLD STEPHANES — Não existe uma proposta pronta. Existe uma preocupação com estas questões e uma determinação de resolvê-las. De qualquer forma, a Lei Orgânica irá definir a necessidade de um quadro único do sistema de saúde, que abrangeria as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) que vão atuar no sistema único. Agora, nós teremos problemas sérios que dizem respeito à autonomia dos estados e dos municípipios. Eles praticamente teriam que entrar por adesão a um plano deste. Agora, é evidente que não se pode continuar com esta disfunção existente em ternos salariais nos vários níveis. Terá que ser encontrada uma forma, um critério, de isonomia, que talvez não se dê de maneira imediata mas num prazo, num determinado horizonte, em que se chegue a ela, já que é uma questão fundamental para que o sistema funcione.

PROPOSTA
Jornal da Reforma Sanitária

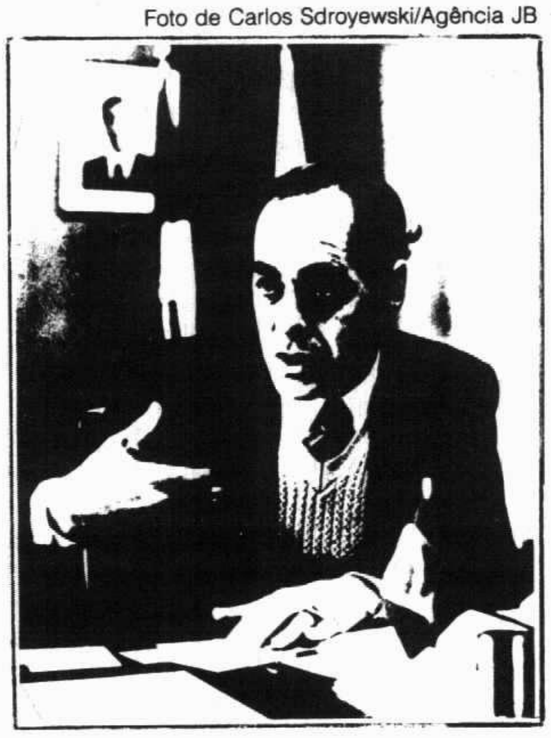
ENTREVISTA / Reynhold Stephanes (continuação)

"A experiência acumulada com o Suds dificulta a implantação do sistema único"

RADIS — O senhor acha que esta questão se resolve com a simples implantação do Plano de Cargos e Salários do Ministério da Saúde que a Lei Orgânica define que deva ser estruturado?

REINHOLD STEPHANES — Já seria o primeiro grande passo, já que dentro do próprio Ministério da Saúde você tem provavelmente dez ou doze situações ou grupos de situações diferentes em termos salariais e de cargos. Eu não diria que seja em termos de regimes jurídicos, mas você tem pelo menos dez grandes grupos além de outros sub-grupos pequenos, o que também precisa ser ajustado. Então você tem questões dentro do próprio Ministério da Saúde, e com a incorporação do Inamps surgiram novas situações, assim como em relação à integração com estados e municípios.

Foto de Carlos Sdroyewski/Agência JB



"O Suds levou o sistema de saúde ao caos. Não que se condene a idéia do Suds. O sistema único é uma decisão constitucional que será cumprida. O Suds é uma boa idéia pessimamente implantada".

RADIS — Em relação à dedicação exclusiva ao serviço público como o novo governo pretende atuar?

REINHOLD STEPHANES — Acho que a idéia caminha neste sentido, também. Vamos criar mecanismos para chegar a isso.

RADIS — A Constituinte vedou a comercialização do sangue e seus derivados. Por outro lado, o Estado ficou responsável pela coleta, distribuição e controle de qualidade do sangue mas não possui um projeto nacional que garanta isso. Como o novo governo enfrentará esta questão?

REINHOLD STEPHANES — O Estado vai ter que se estruturar. Se isso foi determinado pela Constituição como função do Estado vai ter que ser cumprido e irá ser cumprido.

RADIS — Já existe algum nível de proposta para este setor?

REINHOLD STEPHANES — Ainda não. Mas já se tem como diretriz que este é um ponto sob o qual se tem que atuar.

RADIS — Outra questão constitucional diz respeito à gerência descentralizada do sistema único, onde se define a participação da sociedade no controle do setor. Como o novo governo vê esta questão, na medida em que a própria Lei Orgânica não definiu como se dará esta participação, determinando que uma regulamentação futura é que definirá os critérios desta participação?

REINHOLD STEPHANES — Você observa, hoje, que ainda não existe uma série de respostas a questões como essa e ninguém possui respostas para determinados assuntos. Essa questão já foi muito debatida, já foi muito discutida, muitas pessoas já foram ouvidas e a conclusão básica a que se chega, hoje, é que a implantação do Sistema Único e Descentralizado de Saúde (Suds) é um caos de forma geral. O Suds levou o pouco que existia de sistema de saúde a um caos. Não que com isso se condene a idéia do Suds. O sistema único, além de ser uma decisão constitucional, é uma decisão que provavelmente será aprovada pela Lei Orgânica. E já que esta Lei na Comissão de Saúde foi aprovada basicamente num acordo das várias correntes, deve ser cumprida pelo governo, sendo que vários estudiosos que discutiram o Suds acham a idéia boa, uma idéia a princípio viável, mas pessimamente implantada. Isto é, implantada de forma tão atabalhoada, de forma tão incapaz, de forma tão ineficiente, de forma tão politizada, que quase torna a idéia um fracasso total. Hoje se tem até uma dificuldade no sentido de se criar um mecanismo operacional para recuperar a idéia do Suds, tal foi a forma com que ela foi mal implantada a nível dos estados. Inclusive há um fato interessante, que dos 27 secretários estaduais encarregados da implantação do Suds, 26 no momento são candidatos, o que mostra o grande grau de politização e de desvio de recursos. E a coisa chega a uma situação de tanta dificuldade que existe uma determinação do Tribunal de Contas da União, veja bem, já não é mais uma recomendação mas uma determinação, para que se suspenda toda transferência de recursos aos estados, já que nenhum deles conseguiu, até agora, uma aprovação de contas. Por outro lado, a questão de recursos foi considerada quase que secundária até aqui. Além dos estados e municípios terem retirado o pouco que aplicavam na área da saúde após a implantação do Suds, o próprio orçamento para este ano que o Ministério da Previdência tenta repassar ao Ministério da Saúde relativo a essas atribuições, diminui substancialmente os montantes em relação ao que vinha aplicando. Portanto, a forma operacional de implantar o Suds ainda é uma questão em aberto para a qual não se encontrou dentro dos debates e discussões, sugestões que nos demonstrem uma perspectiva razoável, um caminho, no sentido de podermos ver num horizonte não muito longo a medida efetivada. Mas isso não significa, evidentemente, que dentro dos próximos dois meses não se encontre definições. Elas não existem hoje mas está se trabalhando dentro delas. Já se levantou até agora todo o grau de dificuldades que terão que ser enfrentadas.

"Como regra, os escritórios regionais do Inamps serão extintos. Mas isso não significa que nas discussões a serem travadas nos próximos 60 dias que essa posição não possa sofrer, eventualmente, alguma reformulação."

RADIS — Então na avaliação do novo governo a experiência acumulada com o Suds dificulta a implantação do sistema único e a conseqüente descentralização do setor?

REINHOLD STEPHANES — Dificulta porque evidentemente os municípios terão que estar preparados para receber a rede, os estados terão que estar preparados para receber tanto tecnicamente, como gerencialmente, os recursos financeiros. E em termos da própria seriedade da ação em relação ao assunto. Digo seriedade da ação porque, como nós vimos, a coisa tem sido muito politizada na maioria das áreas onde isso foi implantado.

RADIS — Em relação ao financiamento, é consenso que o País investe pouco no setor, em relação até mesmo a outros países até mais pobres que o Brasil. Que políticas podemos esperar do novo governo no sentido de aumentar os níveis de recursos para a saúde? A Constituinte definiu um montante de recursos da seguridade social, de estados e municípios, além de outras fontes. O que o novo governo define como ideal para financiar o setor?

REINHOLD STEPHANES — Eu diria que nós temos, basicamente, três etapas a seguir. A primeira é tentar aplicar bem o pouco que nós temos. Mas que, evidentemente, mesmo bem aplicado será insuficiente. A segunda é a possibilidade de aumentar a arrecadação da seguridade social, e sabe-se que existem análises muito claras em relação a isso, o bolo a ser destinado à saúde aumentará em conseqüência disso. E uma terceira etapa se situaria no campo da definição de novas fontes de recursos, já que mesmo essas duas medidas serão insuficientes para superar os problemas do setor. A meta ou a diretriz estabelecida é que num prazo de cinco anos se chegue a dez por cento do Produto Interno Bruto a ser aplicado no setor saúde, embora não se tenha ainda uma definição quanto à terceira etapa. As duas primeiras etapas já estão relativamente delineadas mas a terceira depende de novas definições, que dependem, é claro, do sucesso que se obterá em outras áreas de governo, como a política econômica, que dará condições para que se possa obter recursos de outras fontes. Hoje a gente sabe que praticamente todos os setores governamentais são deficitários, da educação à energia, à saúde. Mesmo que se dê prioridade a determinado setor, é difícil tornar prática esta prioridade sem a perspectiva de mobilização de recursos para isso.

PROPOSTA
Jornal da Reforma Sanitária

ENTREVISTA / Reynhold Stephanes (fim)

Realização da 9ª Conferência só será examinada após aprovação da Lei Orgânica

RADIS — E essas outras fontes de recursos já foram pensadas?

REINHOLD STEPHANES — Não. Essas outras fontes, no momento, não se consegue defini-las ainda, mas eu acredito que só se consiga identificá-las na medida em que se aproxime o final deste ano. Agora, a meta de se atingir dez por cento do PIB está aprovada inclusive pela equipe econômica do novo governo e chegaremos até ela.

RADIS — A equipe do novo governo está responsável pelo projeto de reestruturação do Ministério da Saúde a ser enviado ao Congresso Nacional, já levando em consideração a incorporação do Inamps ao Ministério. Nessa reestruturação, como ficarão organismos como a Fundação Sesp, Pioneiras Sociais, Sucam e o próprio Inamps?

REINHOLD STEPHANES — Em princípio, todas as organizações a nível estadual tenderão a desaparecer, sendo que algumas delas imediatamente, como provavelmente será o caso do Inamps. E outras terão um prazo um pouco maior, na medida em que consigam descentralizar as suas funções, como é o caso da Sucam e da Fundação Sesp, já que algumas de suas funções em algumas regiões já poderão ser descentralizadas quase de imediato e em outras esta descentralização terá uma demora maior. Mas de qualquer forma, as estruturas a nível dos estados serão estruturas bastante simples e no caso de algumas atividades que serão mantidas, como no caso da Fundação Sesp e Sucam, serão praticamente atividades executivas e não atividades que venham a interferir junto aos estados e municípios. Esta é a idéia básica. Ainda em relação à Fundação Sesp e à Sucam, procura-se, a nível central, uma fusão entre ambas.

RADIS — Na medida em que o senhor avalia que vários estados encontraram dificuldades na implantação do Suds. como seria desenvolvido o processo de extinção dos escritórios regionais do Inamps?

REINHOLD STEPHANES — Isto estará vinculado ao esquema operacional que vai se traçar para a transferência dessas atividades aos estados, que terão que estar preparados para assumir isso. Mas como regra, os escritórios serão extintos o mais rapidamente possível. Isso não significa, no dia de hoje, que nas discussões que serão estabelecidas nos próximos trinta ou sessenta dias para se encontrar um caminho que se acredita correto em relação à implantação do sistema único, que isso não possa sofrer eventualmente alguma reformulação. Agora, em princípio, todas as medidas serão muito debatidas e muito amadurecidas, pois envolverão discussões com especialistas com experiência no assunto.

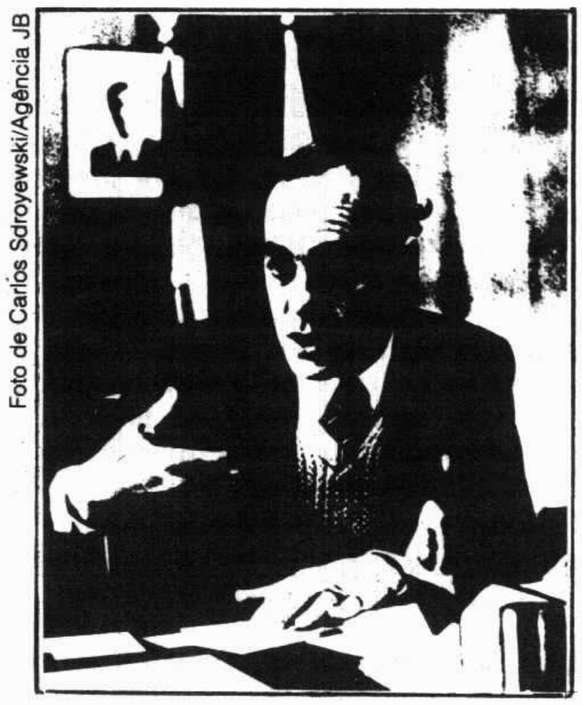
RADIS — Em relação à questão da ciência e tecnologia na saúde, a Fiocruz é uma instituição de ponta no setor. Existe uma política já determinada para a Fundação dentro desta nova estrutura do Ministério da Saúde? Que papel ela cumpriria?

REINHOLD STEPHANES — Basicamente, toda a questão de ciência e tecnologia estará afeta à Fiocruz. Essa é uma decisão já tomada a nível da equipe de transição do novo governo. Pretendemos, inclusive, fortalecer a Fiocruz para que ela execute esta ação. Já se pensa, inclusive, em outras áreas que ainda estão dispersas, especificamente no campo de ciência, tecnologia e da pesquisa, e que poderão passar a integrar essa massa crítica que é a Fiocruz.

RADIS — O senhor poderia adiantar quais seriam essas áreas?

REINHOLD STEPHANES — Eu não quero adiantar para evitar polêmicas em relação a isso. Mas a diretriz básica é que a Fiocruz será fortalecida, na medida em que se entende o papel da Fiocruz e se acha este papel importante. Achamos, inclusive, que a Fiocruz tem que resgatar, em alguma área, a sua função técnico-científica que foi desviada. Nós ouvimos da própria Fiocruz esse tipo de argumento e ela própria já está enfrentando isso.

Foto de Carlos Sdroyewski/Agência JB



"A diretriz já estabelecida é que num prazo de cinco anos se chegue a dez por cento do Produto Interno Bruto a ser aplicado no setor saúde. (...) Esta meta foi aprovada, inclusive, pela equipe econômica do novo governo."

RADIS — Uma das colocações do novo governo tem sido a necessidade de enxugamento da máquina do Estado. Em relação a isso há uma preocupação da comunidade científica que isto atinja um setor já combalido por seguidas políticas governamentais que o secundarizaram nos últimos anos. O novo governo pretende enxugar a máquina também na área de ciência e tecnologia?

REINHOLD STEPHANES — Nada será feito que não seja rigorosamente racional, que não esteja rigorosamente dentro de parâmetros de conhecimento universal quanto a mecanismos de gestão e de organização. Pode-se até transigir da racionalidade a favor daqueles setores que, mesmo em algumas condições, fogem à racionalidade ou a princípios modernos de administração mas que apresentam bons resultados. Em princípio, nenhum órgão deve se preocupar desde que ele esteja trabalhando e produzindo bem. E me parece que a Fiocruz se coloca dentro desse conceito: uma organização que está funcionando bem e que os pontos em que ela tem que melhorar, parece-me que ela mesmo identifica.

RADIS — Como o novo governo vê a política de medicamentos do País, a participação das empresas privadas dentro dessa política e que papel a Fiocruz e as demais instituições públicas deverão cumprir dentro dela?

REINHOLD STEPHANES — Esta é uma das áreas que o novo governo pode vir a fortalecer a Fiocruz. Ainda não se definiu exatamente como isso poderá se dar. A Central de Medicamentos já teve determinadas funções no passado, mudou suas funções algumas vezes e sabemos que alguma coisa deve ser revista nesse campo. Mas não há ainda uma definição.

RADIS — A Lei Orgânica da Saúde que aguarda a sanção presidencial estabelece um intervalo de dois anos para a realização das conferências nacionais de saúde. A 8.ª Conferência foi realizada em 1986. O novo governo pensa em convocar a 9.ª Conferência dentro do processo de discussão da reestruturação do Ministério da Saúde? No seu entender quais seriam os critérios de participação na conferência?

REINHOLD STEPHANES — Isso não entrou em discussão. Evidentemente ela tem que ser pensada porque está prevista na Lei Orgânica, mas acredito que só deverá ser examinada após a aprovação da Lei.